



FORO DE COORDINACIÓN PRESUPUESTARIA,
FINANCIERA Y FISCAL INTERGUBERNAMENTAL

DESAFÍOS MACROECONÓMICOS Y FISCALES PARA BRASIL Y SUS CONSECUENCIAS PARA LOS ESTADOS Y MUNICIPIOS

X Encuentro de Coordinación Presupuestaria y Fiscal 2023

Itanielson Dantas Silveira Cruz
Secretário Adjunto da Fazenda do RS
Representante do COMSEFAZ - Comitê Nacional
dos Secretários de Fazenda do Brasil



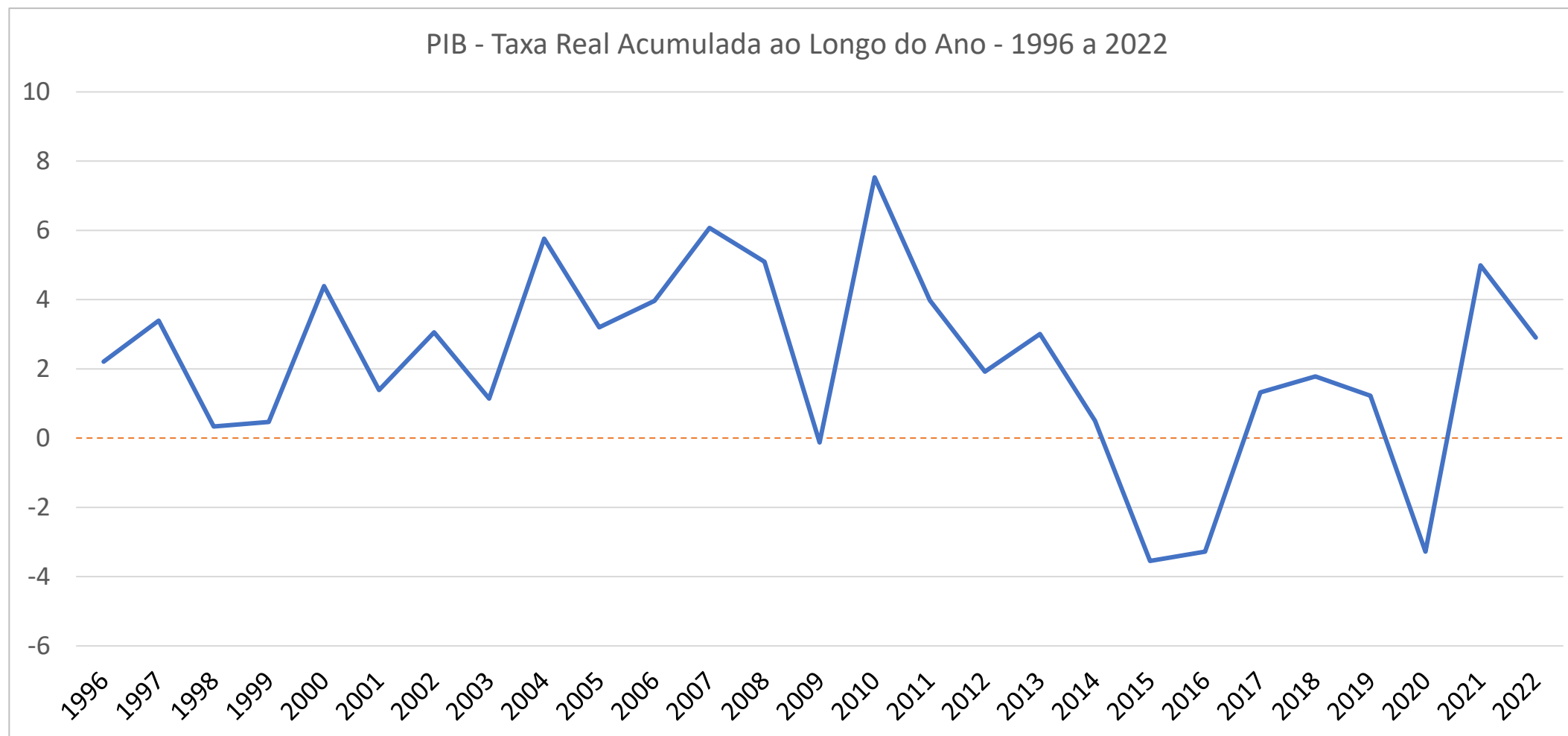
Situação Macroeconômica e Fiscal



1. Comportamento da economia brasileira
2. Necessidade de Financiamento - Governo Geral
3. Dívida Pública
4. Situação Estados e Municípios – Necessidade de Financiamento e CAPAG
5. Perdas LC nº 192 e nº 194/2022 - ICMS



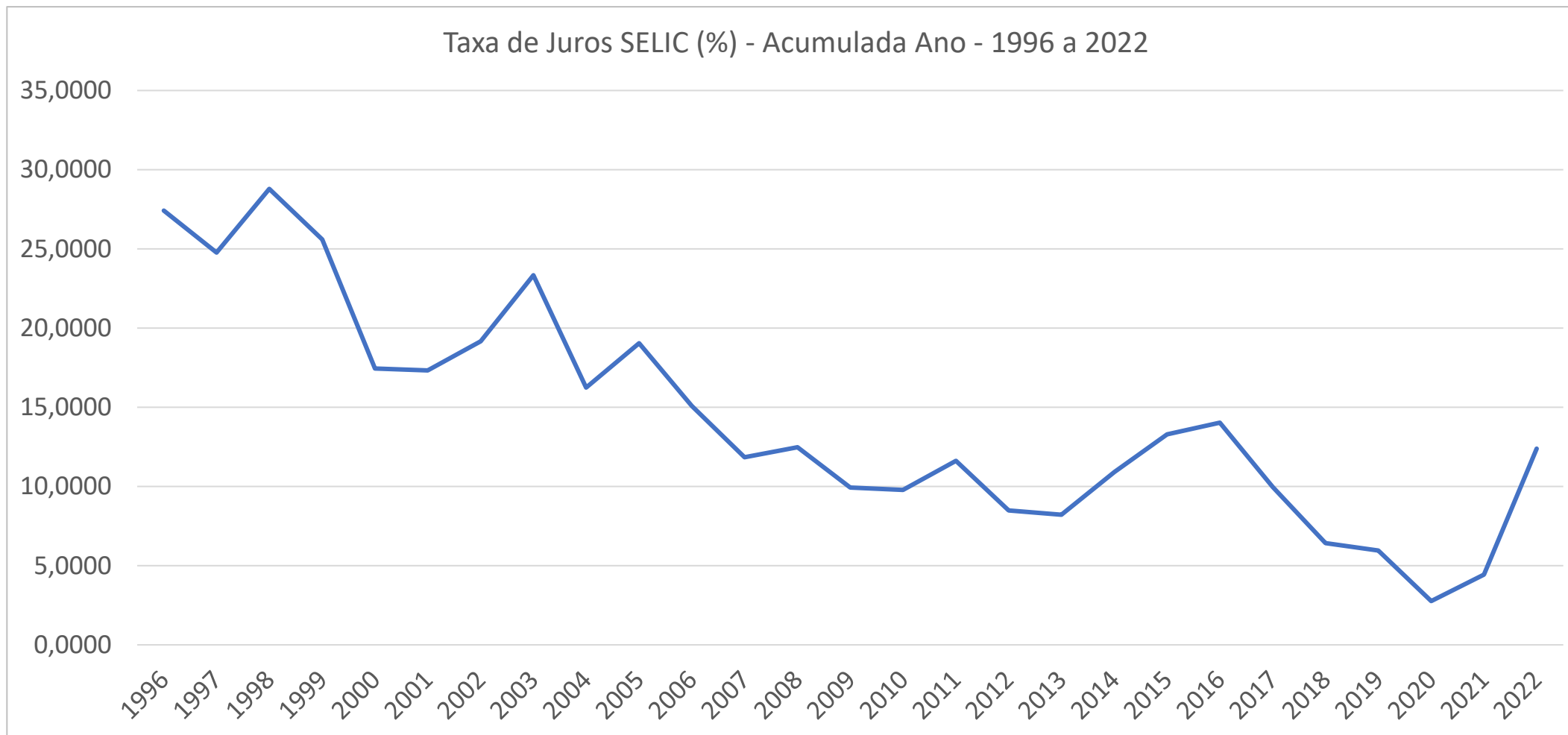
1. Comportamento da economia brasileira - PIB



Fonte: IBGE.



1. Comportamento da economia brasileira - SELIC

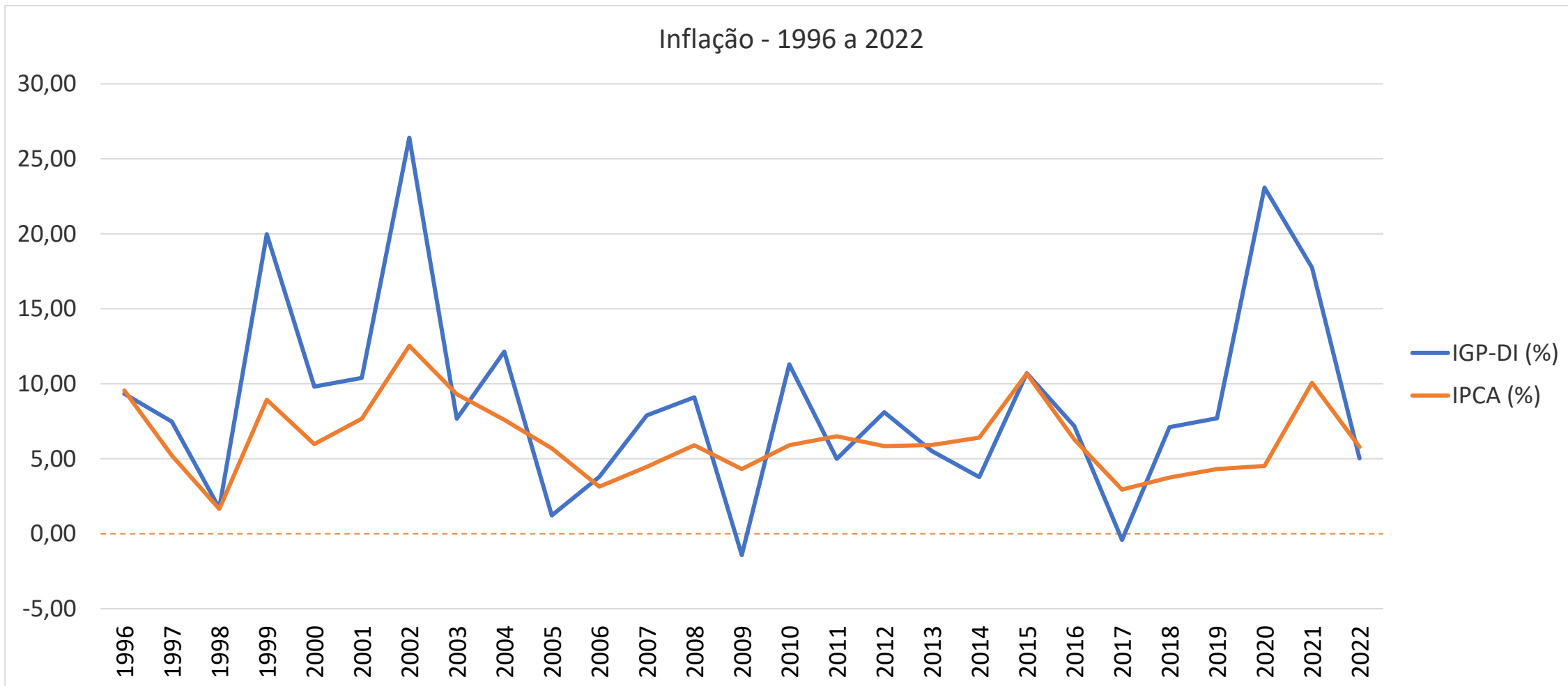


Fonte: IPEA DATA.



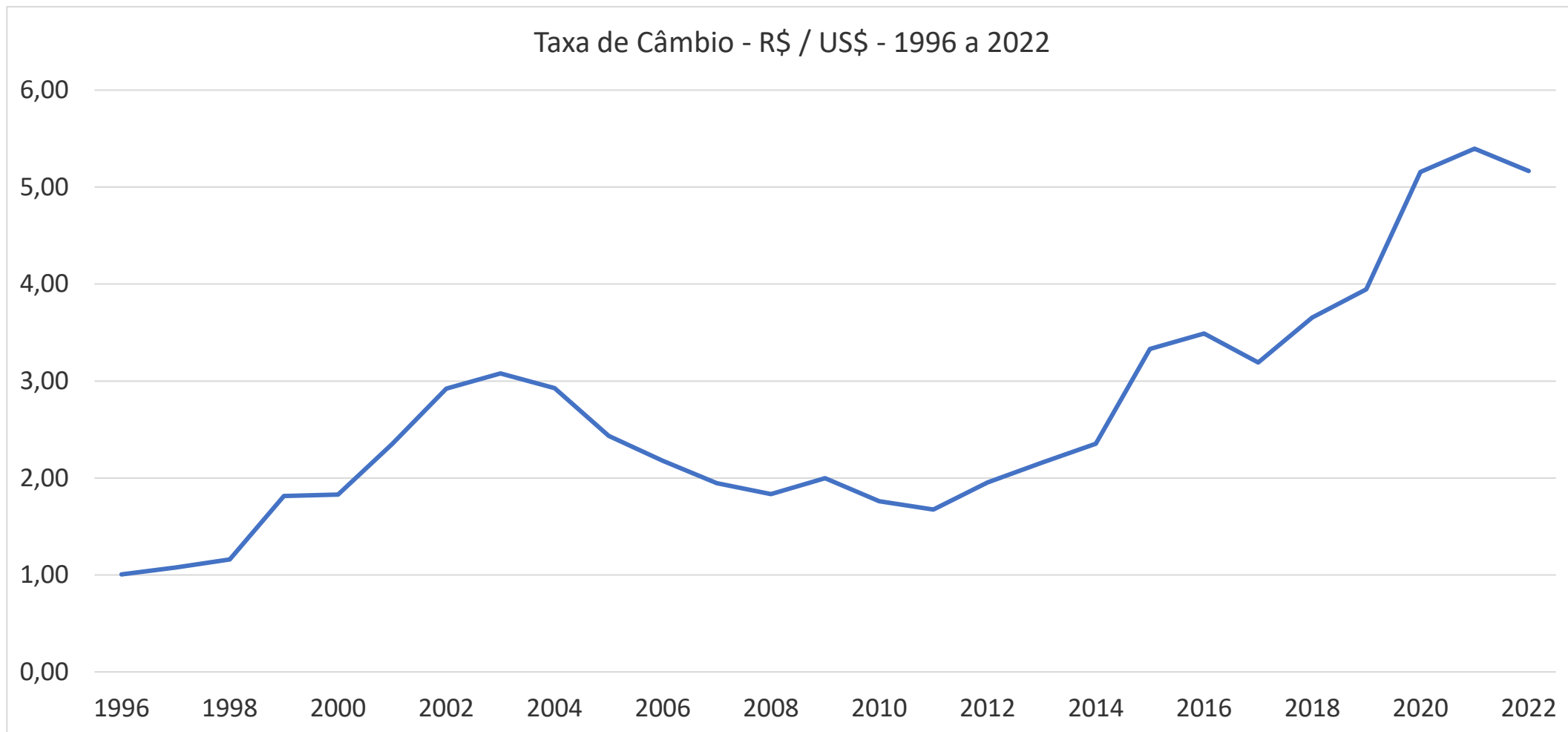
1. Comportamento da economia brasileira - Inflação

Inflação - 1996 a 2022



Fonte: IPEA DATA.

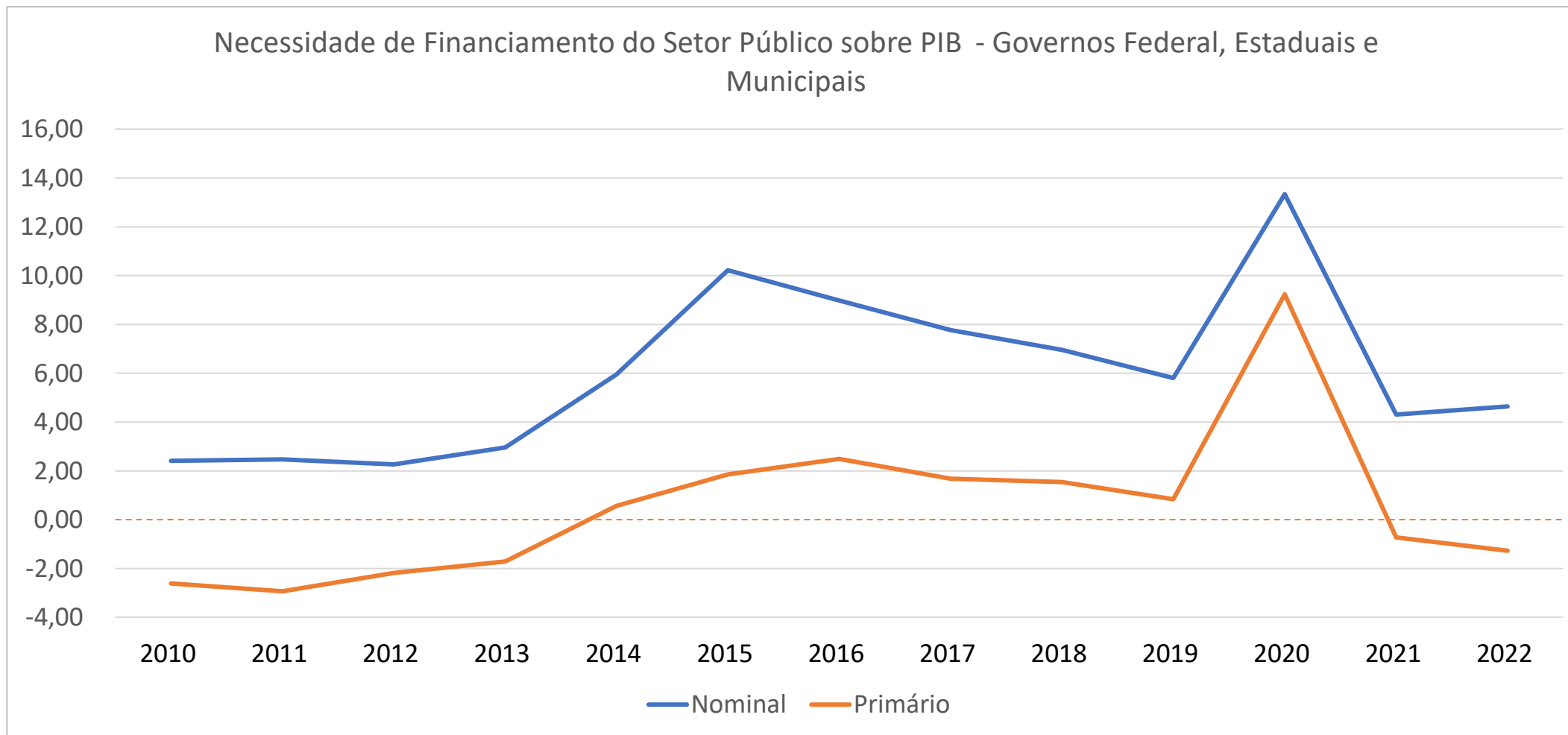
1. Comportamento da economia brasileira - Câmbio



Fonte: IPEA DATA. Nota: Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - venda - média.



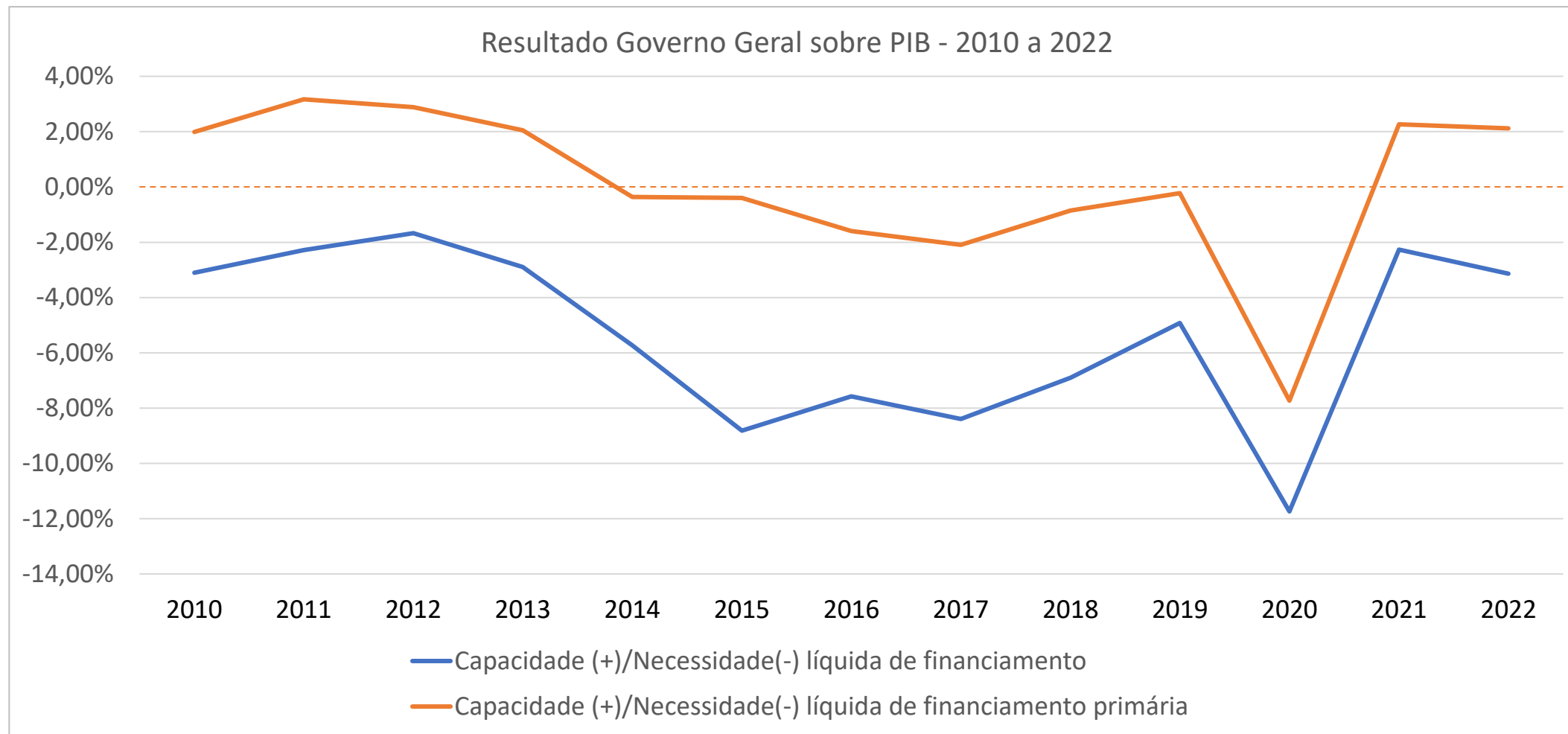
2. Necessidade de Financiamento – Governo Geral



Fonte: IPEA DATA. Notas: Nível federal (Governo federal, Banco Central e empresas estatais federais), Governos Estaduais e Governos Municipais englobam as empresas estatais.



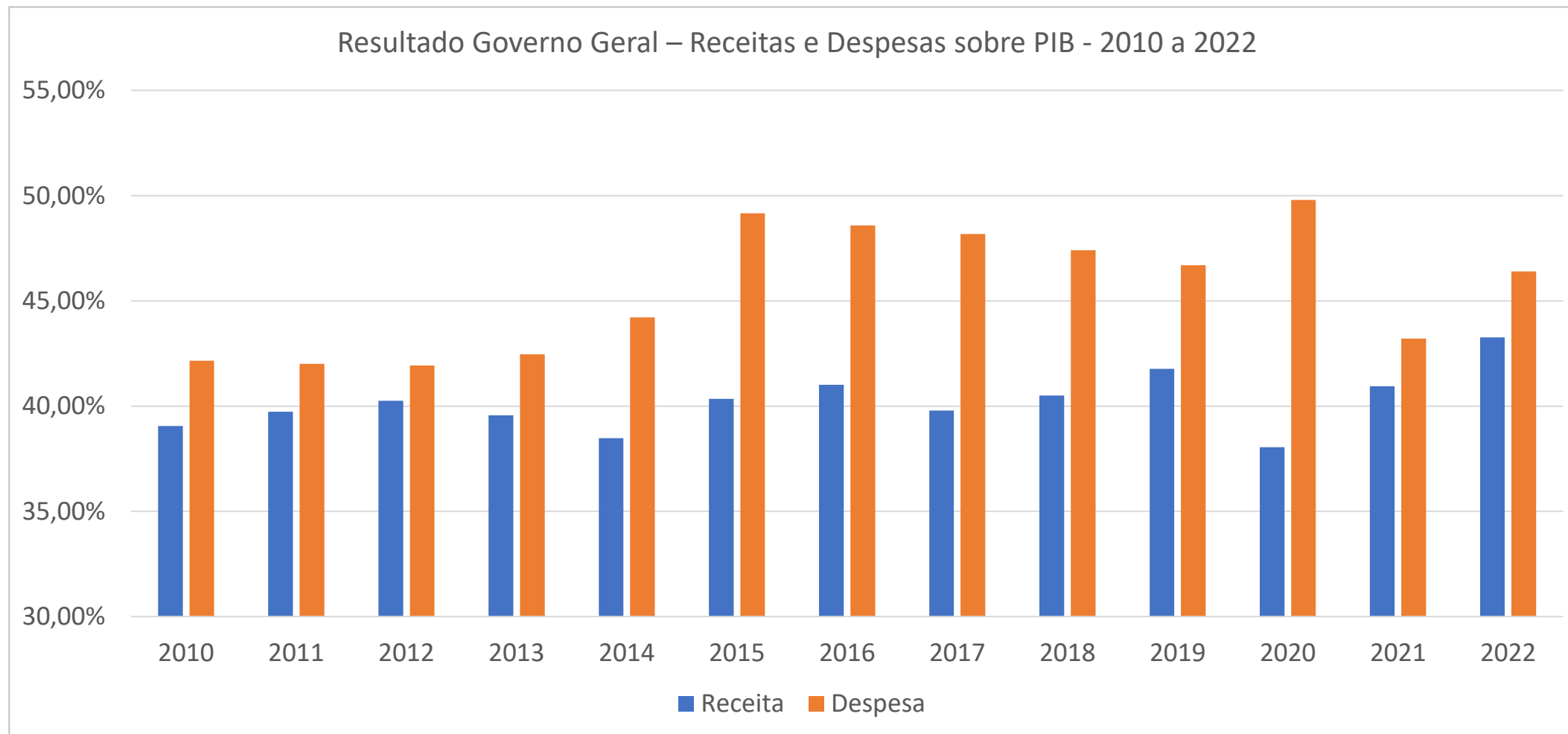
2. Necessidade de Financiamento – Governo Geral



Fonte: Estatísticas Fiscais do Governo Federal - Secretaria do Tesouro Nacional.



2. Receitas e Despesas – Governo Geral



Fonte: Estatísticas Fiscais do Governo Federal - Secretaria do Tesouro Nacional.



2. Receitas e Despesas – Governo Geral

2022

Discriminação	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
Receita	30,10%	13,40%	10,85%	-11,09%	43,26%
Despesa	33,92%	13,80%	9,77%	-11,09%	46,40%
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento	-3,82%	-0,40%	1,08%	0,00%	-3,13%
Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento primária	0,94%	0,35%	0,83%	0,00%	2,12%

Fonte: Estatísticas Fiscais do Governo Federal - Secretaria do Tesouro Nacional.

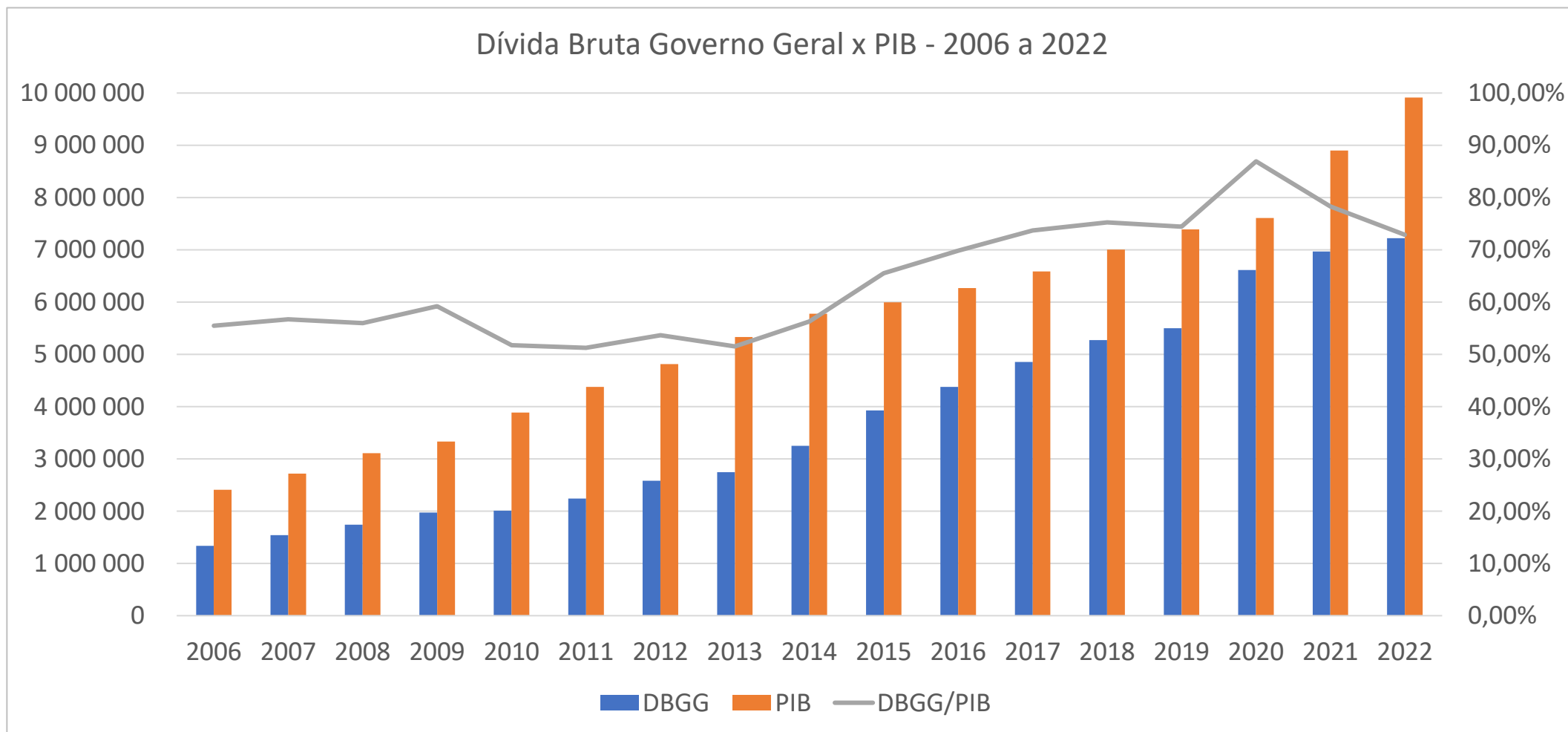
Nota 1: Receita apurada pelo Regime de Caixa, exceto juros que é apurado pelo Regime de Competência.

Nota 2: Despesa apurada pelo Regime de Competência que corresponde ao conceito de despesa liquidada incluída a liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, exceto as transferências a outras unidades do governo geral que são apuradas pelo regime de caixa para o processo de consolidação.



3. Dívida Pública – Dívida Bruta Governo Geral X PIB

Valores em R\$ milhões nominais



Fonte: IPEA DATA. Nota: Posição ao final de cada ano.

3. Dívida Pública – Dívida Bruta Governo Geral – Dez/22



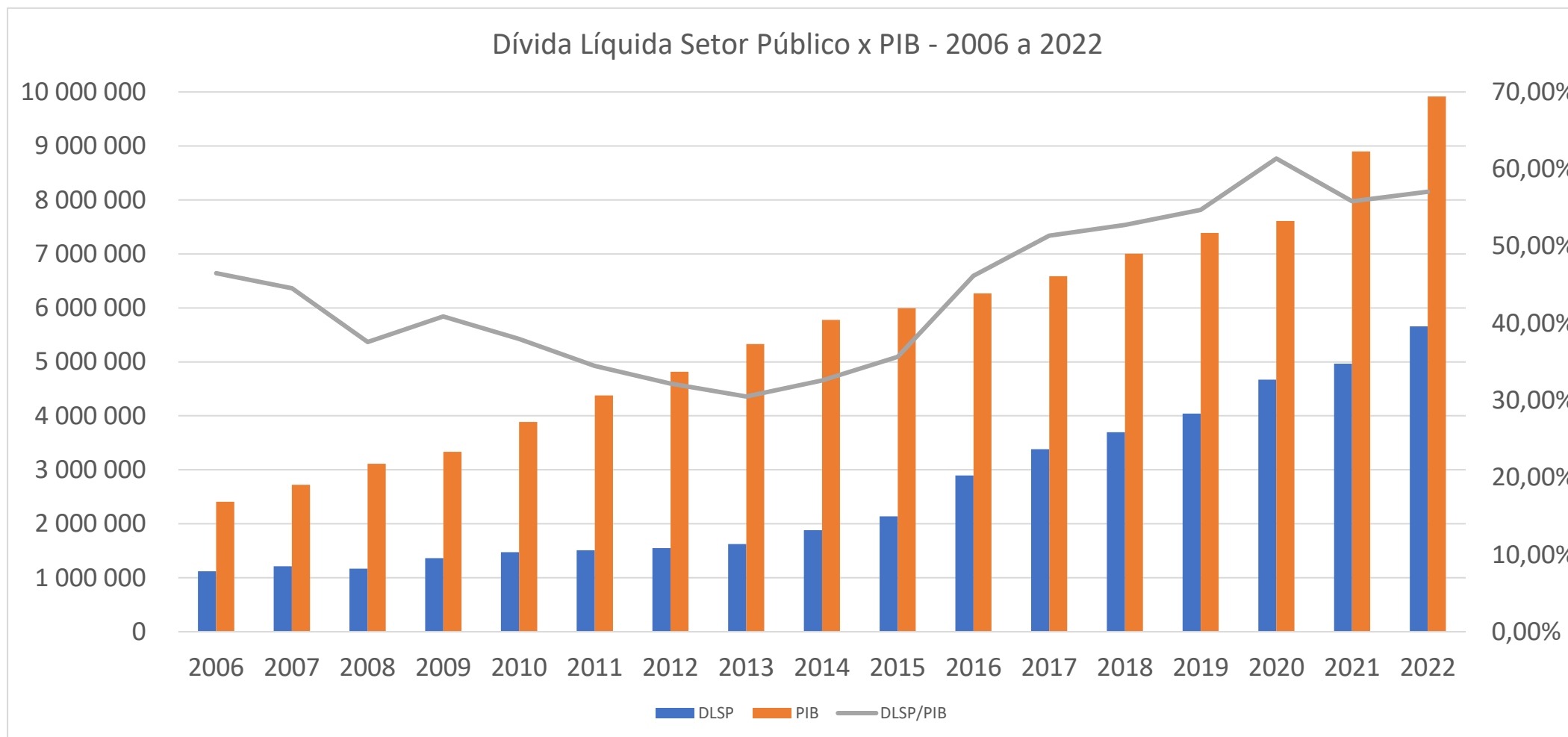
Composição DBGG – Dez/2022	R\$ milhões	%
Dívida bruta do Governo Geral	7 224 882	100,00%
Dívida interna	6 320 025	87,48%
Dívida mobiliária em mercado	5 154 003	71,34%
Operações compromissadas do Bacen	919 583	12,73%
Dívida bancária do Governo Federal	19 467	0,27%
Dívida bancária dos governos estaduais	174 270	2,41%
Dívida bancária dos governos municipais	52 702	0,73%
Dívida externa	904 857	12,52%
Governo federal	749 588	10,38%
Tít. de div. negociados no merc. doméstico	500 544	6,93%
Demais	249 044	3,45%
Governos estaduais	133 654	1,85%
Governos municipais	21 616	0,30%

Fonte: IPEA DATA.



3. Dívida Pública – Dívida Líquida X PIB

Valores em R\$ milhões nominais



Fonte: IPEA DATA. Nota: Posição ao final de cada ano.

3. Dívida Pública – Dívida Líquida Setor Público – Dez/22



Valores em R\$ milhões nominais

Composição DLSP – Dez/2022

Dívida Líquida Total	5 658 017
Governo federal	4 827 099
Banco Central do Brasil	- 88 719
Governos estaduais	819 931
Governos municipais	44 810
Empresas estatais	54 896

Ajustes Metodológicos, Patrimonial e de Privatização	747 919
--	---------

Dívida Fiscal Líquida	6 405 936
------------------------------	------------------



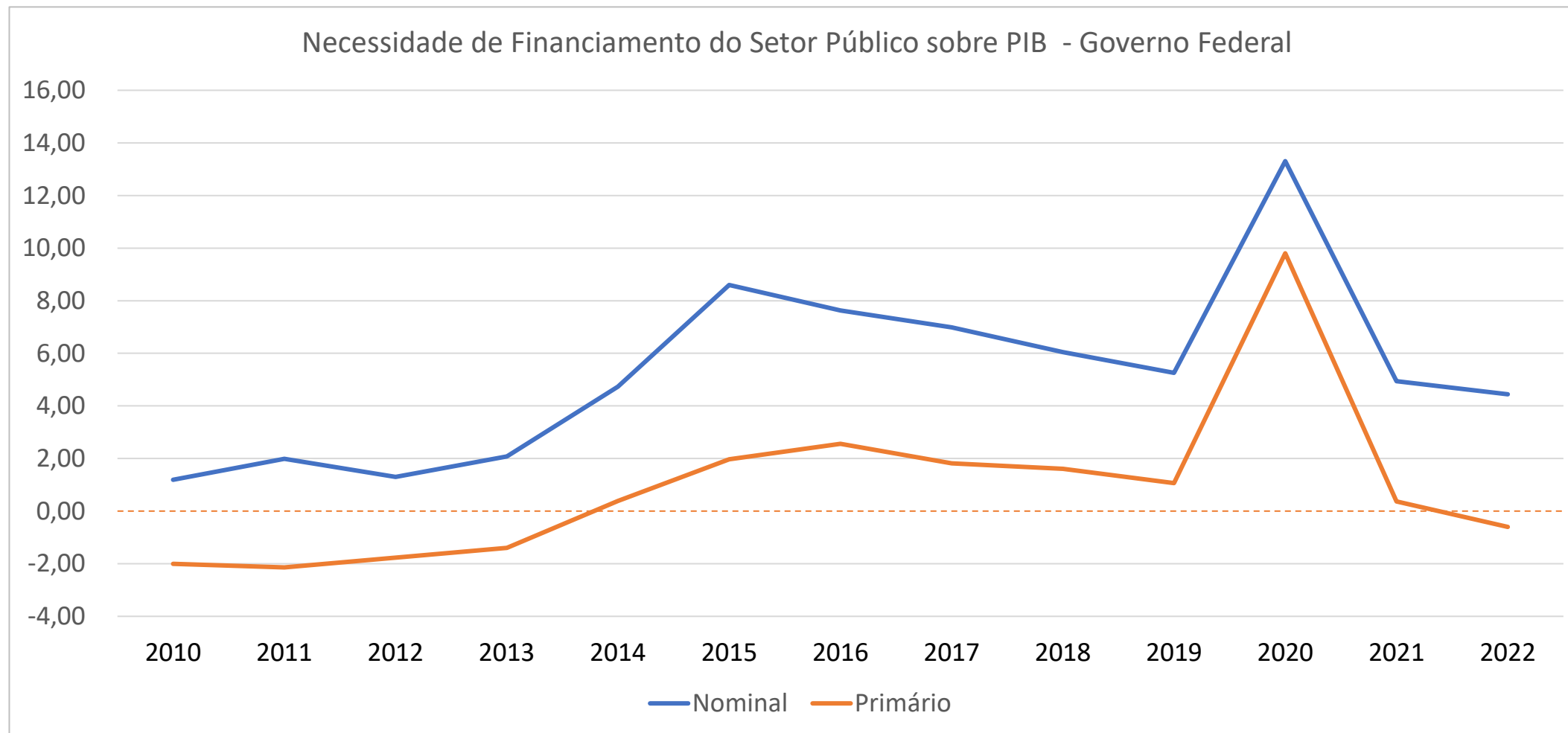
Valores em R\$ milhões nominais

Detalhamento	Interna	Externa	Total
Governo federal	4 077 726	749 373	4 827 099
Banco Central do Brasil	1 511 679	-1 600 399	- 88 719
Governos estaduais	686 277	133 654	819 931
Governos municipais	23 194	21 616	44 810
Empresas estatais	39 714	15 182	54 896
Federais	- 20 855	106	- 20 748
Estaduais	58 736	14 788	73 524
Municipais	1 833	288	2 121



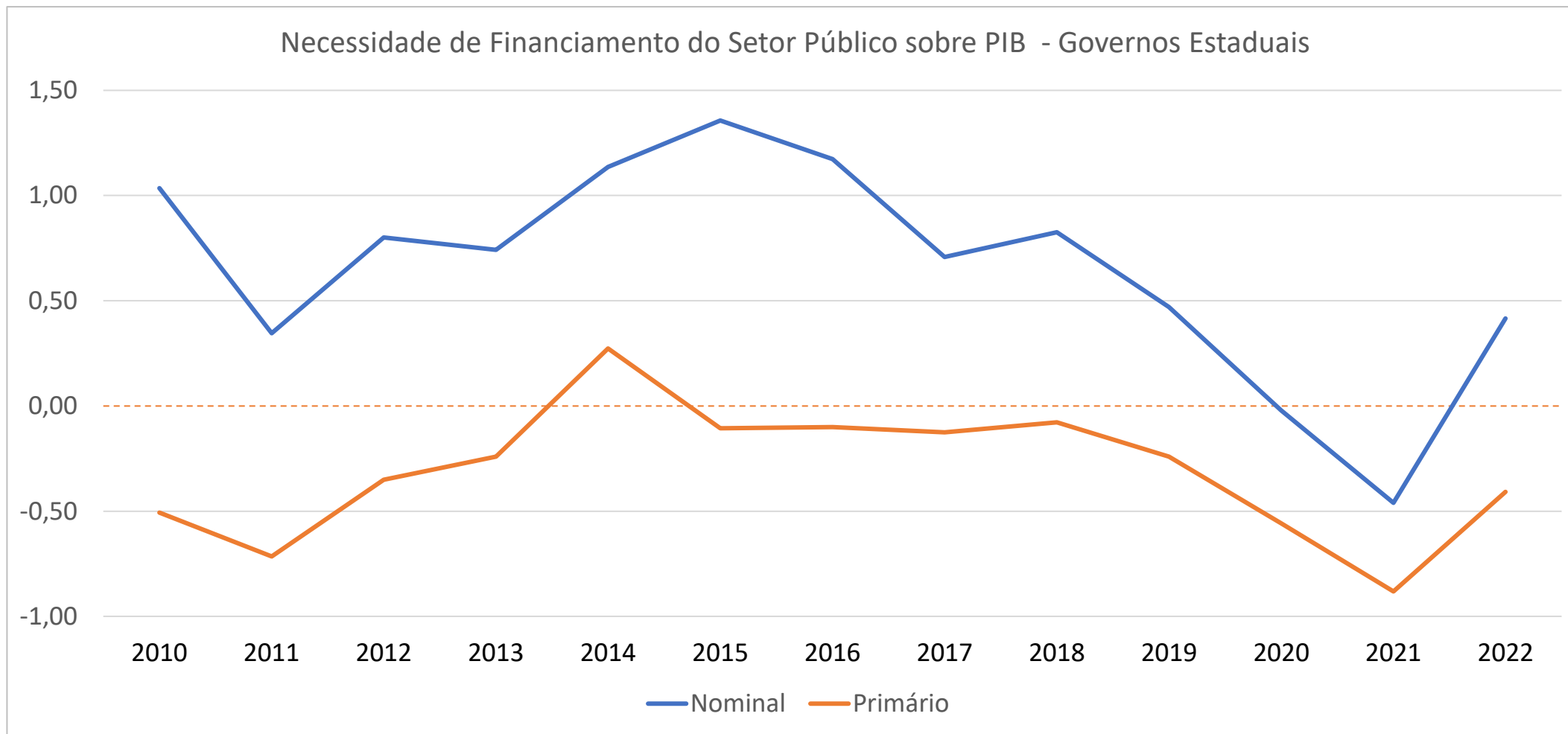
Dívidas dos Governos Estaduais com a União: A principal Dívida dos Estados referente à renegociação da Lei nº 9.496 totalizou R\$ 555.512 milhões.

4. Necessidade de Financiamento – Governo Federal



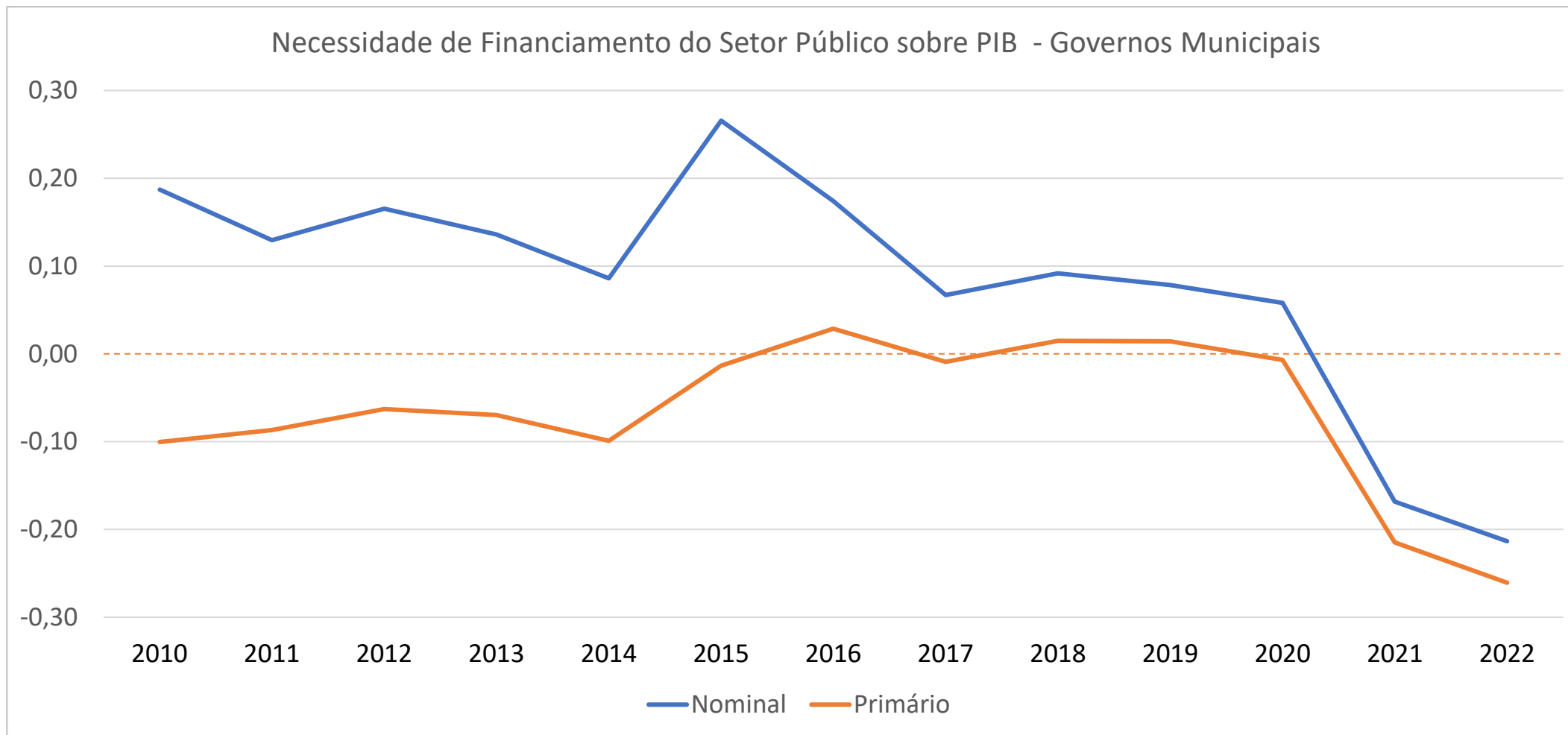
Fonte: IPEA DATA. Notas: Nível federal (Governo federal, Banco Central e empresas estatais federais).

4. Necessidade de Financiamento – Governos Estaduais



Fonte: IPEA DATA. Notas: Governos Estaduais e Governos Municipais englobam as empresas estatais.

4. Necessidade de Financiamento – Governos Municipais



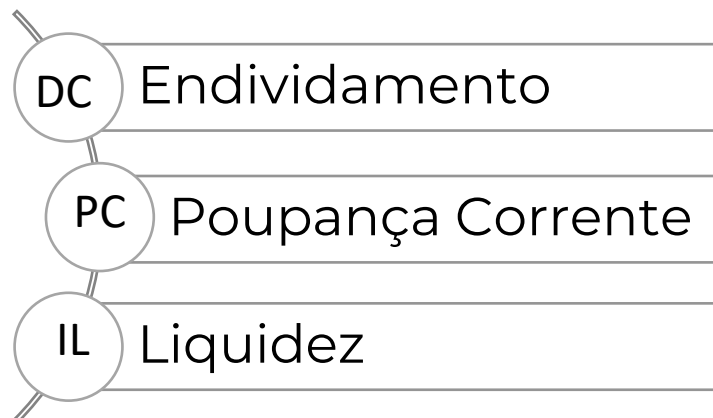
Fonte: IPEA DATA. Notas: Governos Estaduais e Governos Municipais englobam as empresas estatais.



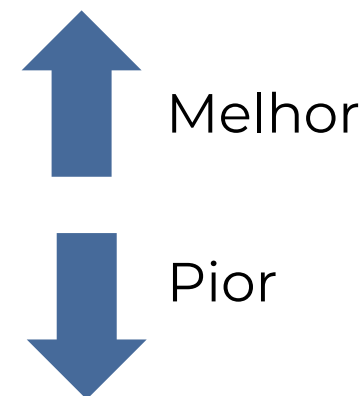
4. Situação Estados e Municípios – CAPAG

Conceito: Classificação da situação financeira das Unidades da Federação (Estados e Distrito Federal) e dos Municípios em uma das quatro categorias possíveis A, B, C ou D.

Indicadores



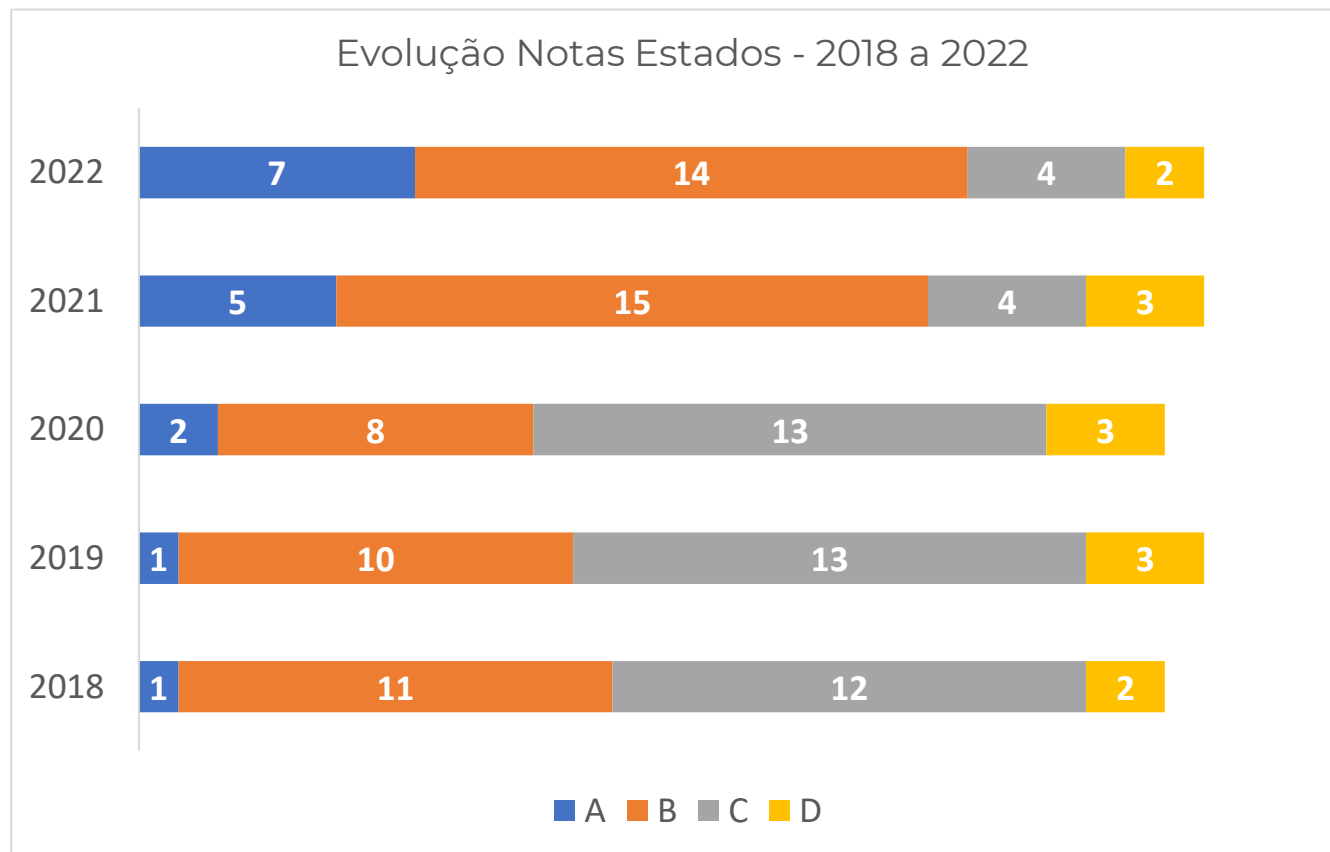
Nota Final	A	Elegível a obtenção de garantia da União
	B	
	C	Não Elegível a obtenção de garantia da União
	D	





4. Situação Estados – CAPAG – 2018 a 2022

UF	CAPAG 2018	CAPAG 2019	CAPAG 2020	CAPAG 2021	CAPAG 2022
AC	B	B	B	B	B
AL	B	B	B	B	B
AM	B	B	B	B	B
AP	B	C	Susp.	C	C
BA	C	C	C	B	B
CE	B	B	B	B	B
DF	C	C	C	B	B
ES	A	A	A	A	A
GO	C	C	C	C	B
MA	C	C	C	B	C
MG	n.d.	D	D	D	D
MS	C	C	C	B	A
MT	C	C	C	A	A
PA	B	B	B	B	A
PB	B	B	B	A	A
PE	C	C	C	B	B
PI	C	B	C	B	B
PR	B	B	B	B	B
RJ	D	D	D	D	C*
RN	C	C	C	C	C
RO	B	B	A	A	A
RR	B	C	C	A	A
RS	D	D	D	D	D
SC	C	C	C	B	B
SE	C	C	C	B	B
SP	B	B	B	B	B
TO	C	C	C	C	B



Melhoria
CAPAG
Estados
2021|2022
em relação a
2018

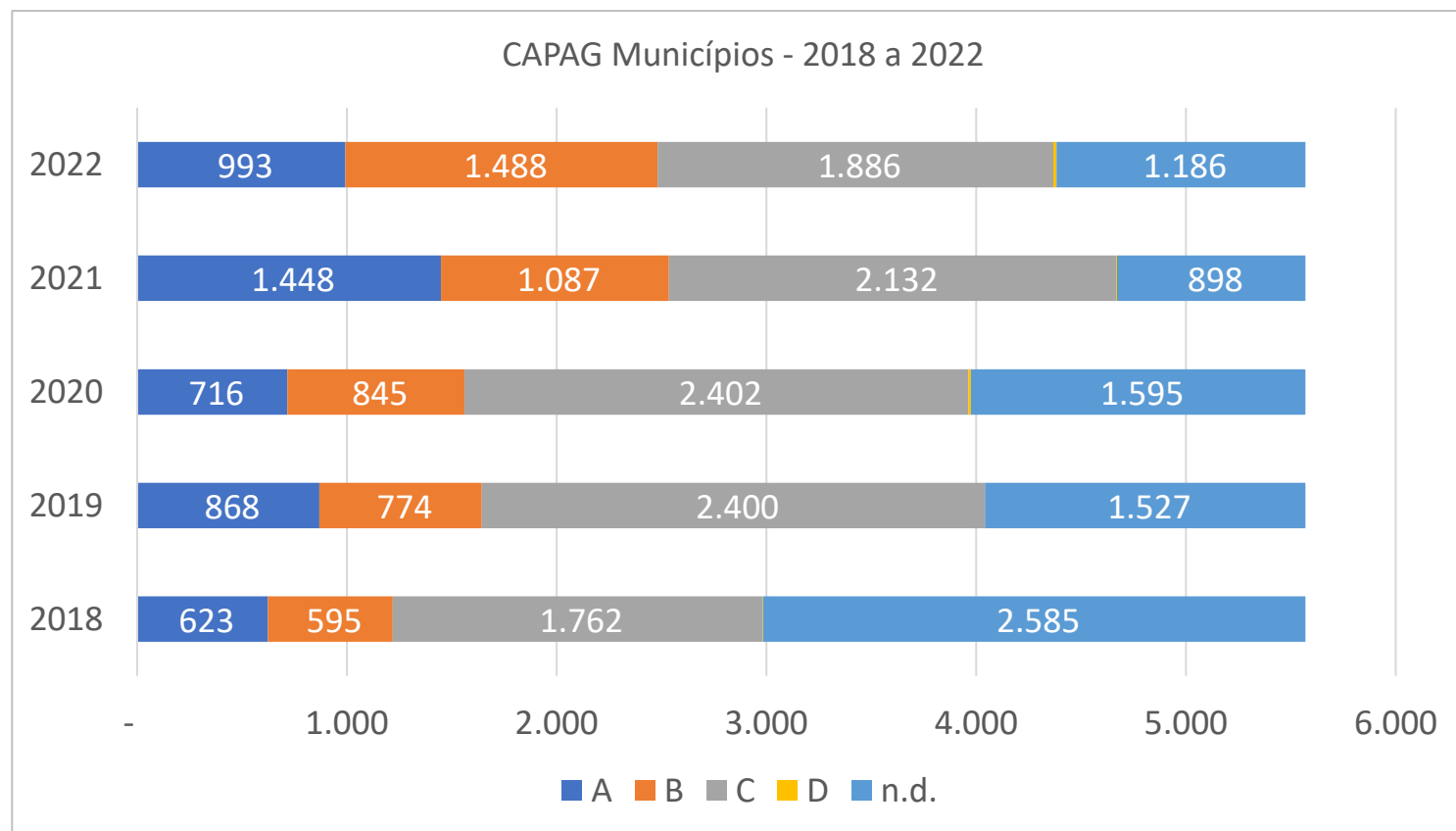
Notas: Ano 2022: RJ - Classificação revisada de B para C em 11/11/2022.

Fonte: Capacidade de Pagamento dos Estados e do Distrito Federal - Dados Abertos - Tesouro Nacional (última atualização 11/11/2022) e Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais - 2022 - STN (Publicado em 29/11/2022).

Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios>



4. Situação Municípios – CAPAG – 2018 a 2022

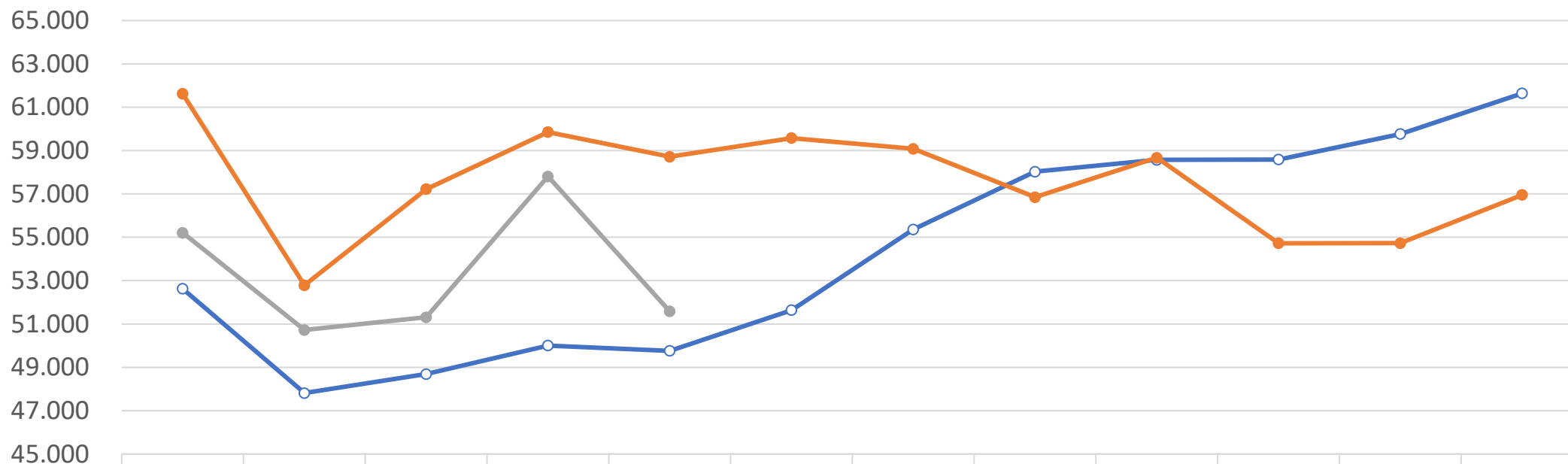


Fonte: Capacidade de Pagamento de Municípios - Dados Abertos - Tesouro Nacional.
Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios>

5. Perdas LC n° 192 e n° 194/2022 – Arrecadação ICMS



Arrecadação de ICMS – Estados – Valores em R\$ milhões nominais



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2021	52.626	47.813	48.686	50.006	49.760	51.635	55.364	58.024	58.569	58.585	59.766	61.638
2022	61.616	52.784	57.219	59.855	58.715	59.578	59.082	56.851	58.670	54.725	54.728	56.955
2023	55.207	50.718	51.311	57.805	51.582							

Fonte: CONFAZ - Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais.

Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>



LC n° 194/2022 –
efeitos a partir
de julho/2022



5. Perdas LC n° 192 e n° 194/2022 - ICMS



Arrecadação
2021 x 2022

2021: **R\$ 652,5 bilhões**
2022: **R\$ 690,8 bilhões**
Variação: +5,9%
(jan-jun: +16,4%; jul-dez: -3,1%)



Total das perdas de
arrecadação
LC 194/2022*

jul-dez/2022: R\$ 45,5 bilhões
jan-mar/2023: R\$ 22,5 bilhões
Total: R\$ 68,1 bilhões



Acordo entre União e
Estados –
Compensação Perdas
LC 194/2022

R\$ 27 bilhões entre 2023 e
2025

*Considerando todas as UFs segundo o critério de compensação por item, por mês, corrigido pelo IPCA-E e acionado o gatilho de 5%.

5. Perdas LC nº 192 e nº 194/2022 – ICMS - Detalhamento



Total das perdas de arrecadação LC 194/2022* - R\$ milhões				Total das perdas de arrecadação LC 194/2022* - R\$ milhões			
UF	JUL- DEZ/2022	JAN- MAR/2023	TOTAL	UF	JUL- DEZ/2022	JAN- MAR/2023	TOTAL
Acre	105,2	33,50	138,7	Paraíba	706,6	251,75	958,4
Alagoas	349,9	176,30	526,2	Paraná	3.214,7	2.142,18	5.356,9
Amapá	95,0	63,21	158,2	Pernambuco	1.787,3	934,43	2.721,8
Amazonas	241,1	332,43	573,5	Piauí	505,8	265,54	771,4
Bahia	1.869,1	1.682,91	3.552,0	Rio de Janeiro**	5.611,2	1.951,10	7.562,3
Ceará	1.132,3	545,78	1.678,1	Rio Grande do Norte	486,3	166,13	652,4
Distrito Federal	680,9	467,00	1.147,9	Rio Grande do Sul**	4.685,7	2.148,03	6.833,7
Espírito Santo	1.245,7	627,49	1.873,2	Rondônia	477,9	409,74	887,7
Goiás**	2.441,6	1.234,10	3.675,7	Roraima	153,7	89,56	243,3
Maranhão	914,7	621,15	1.535,8	Santa Catarina	2.093,8	896,30	2.990,1
Mato Grosso	1.859,8	604,04	2.463,8	São Paulo	6.545,3	3.185,89	9.731,2
Mato Grosso do Sul	412,2	111,45	523,6	Sergipe	228,3	167,14	395,4
Minas Gerais**	5.927,6	2.420,77	8.348,4	Tocantins	253,7	106,18	359,9
Pará	1.530,2	885,89	2.416,1	TOTAL	45.555,6	22.520,0	68.075,6

*Considerando todas as UFs segundo o critério de compensação por item, por mês, corrigido pelo IPCA-E e acionado o gatilho de 5%.**GO, MG, RJ e RS compensação total, segundo RRF.

Fonte e elaboração: Comsefaz.

5. Perdas LC nº 192 e nº 194/2022 – ICMS - Compensação



Anexo - Acordo entre a União, Estados e DF - LC 192/2022 e LC 194/2022				
Valores em R\$ milhões				
UF	2023	2024	2025	Total
AC	30,30	30,30	-	60,60
AL (2)	-	-	-	204,10
AP	27,10	27,10	-	54,20
AM	68,80	68,80	-	137,60
BA	266,68	533,35	266,68	1.066,70
CE	161,58	323,15	161,58	646,30
DF	129,53	259,07	-	388,60
ES	178,33	356,65	178,33	713,30
GO	545,14	696,82	348,44	1.590,40
MA (2)	-	-	-	535,80
MT	265,35	530,70	265,35	1.061,40
MS	78,40	156,80	-	235,20
MG	845,78	1.691,55	845,78	3.383,10
PA	218,33	436,65	218,33	873,30

Anexo - Acordo entre a União, Estados e DF - LC 192/2022 e LC 194/2022				
Valores em R\$ milhões				
UF	2023	2024	2025	Total
PB	134,43	268,87	-	403,30
PR	458,68	917,35	458,68	1.834,70
PE	256,53	513,05	256,53	1.026,10
PI (2)	-	-	-	296,30
RJ	1.219,20	1.615,40	807,70	3.642,30
RN	92,53	185,07	-	277,60
RS	994,98	1.348,95	674,48	3.018,40
RO	90,93	181,87	-	272,80
RR	43,85	43,85	-	87,70
SC	298,75	597,50	298,75	1.195,00
SP (2)	-	-	-	3.735,60
SE	65,15	65,15	-	130,30
TO	72,40	72,40	-	144,80
Total				27.014,90

(1) Valores brutos, que serão deduzidos dos montantes já compensados pelos Estados.

(2) AL, PI, MA e SP se enquadram no inciso I da Cláusula Segunda do Acordo.



Obrigado!

Itanielson Dantas Silveira Cruz
Secretário Adjunto da Fazenda do RS
Representante do COMSEFAZ

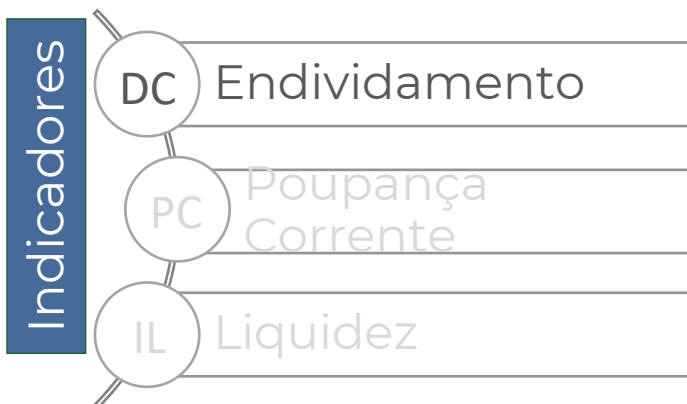


Material Complementar CAPAG





Capacidade de Pagamento - Capag



$$DC = \frac{\text{Dívida Consolidada Líquida}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$

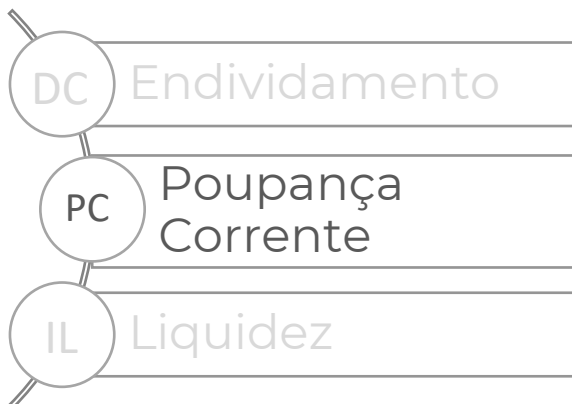
Sigla	Faixa de Valores	Classificação Parcial
DC	$DC < 60\%$	A
	$60\% \leq DC \leq 100\%$	B
	$DC \geq 100\%$	C

- Considera apenas as informações do último exercício.
- Utiliza a Dívida Consolidada Bruta e não a Líquida.
- Não utiliza a RCL ajustada para fins de apuração do limite da LRF.



Capacidade de Pagamento - Capag

Indicadores



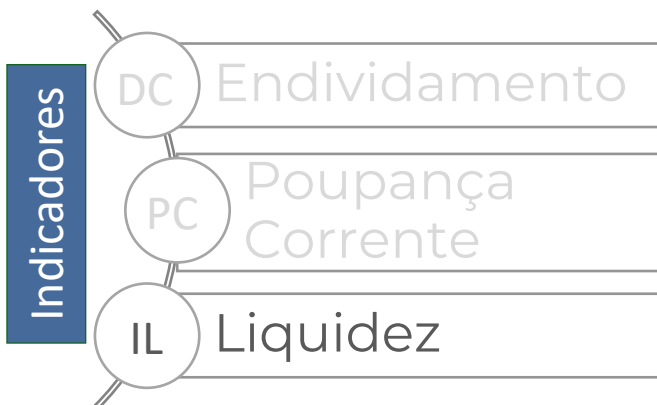
$$PC = \frac{\text{Despesa Corrente}}{\text{Receita Corrente Ajustada}}$$

$$PC = \sum_{t=1}^n \frac{DC_t}{RCA_t} \times P_t$$

Sigla	Faixa de Valores	Classificação Parcial
PC	PC < 85%	A
	85% ≤ PC ≤ 95%	B
	PC ≥ 95%	C

- Considera mais de um exercício.
- É obtido pela média ponderada da poupança corrente dos últimos três exercícios.
- Os pesos são 50%, 30% e 20%, tendo maior peso o exercício mais recente e menor peso o exercício mais distante.

Capacidade de Pagamento - Capag



$$IL = \frac{\text{Obrigações Financeiras}}{\text{Disponibilidade de Caixa Bruta}}$$

Sigla	Faixa de Valores	Classificação Parcial
IL	$0\% < IL < 100\%$	A
	$IL > 100\%$	C

- Indicador com apenas duas classificações possíveis.
- Considera apenas dados do Poder Executivo.
- Considera apenas recursos não vinculados.



Capacidade de Pagamento - Capag

Classificação Parcial do Indicador			Classificação Final da CAPAG
Endividamento	Poupança Corrente	Liquidez	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

- O indicador de endividamento não altera a situação de elegível para não elegível – ele apenas altera a situação de A para B ou de C para D.
- **Enfoque maior nos indicadores de poupança corrente e de liquidez**, devido às regras fiscais brasileiras que limitam as fontes de endividamento de Estados e Municípios.